

**VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 328/XIII/2.<sup>a</sup>**

**PELA DECISÃO DE DESVINCULAÇÃO DOS EUA DO ACORDO DE PARIS,  
SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

O Presidente dos EUA anunciou no passado dia 2 de junho de 2017 que os EUA saem do Acordo de Paris e que, a partir desse dia, cessam a aplicação de todos os termos daquele Acordo.

O Acordo de Paris, adotado em 12 de dezembro de 2015, é, reconhecidamente, um marco histórico desde que foi aprovada a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em 1992. Assim, pela primeira vez, um conjunto de 195 países comprometeu-se com a necessidade de se reduzir a emissão de gases com efeito de estufa, de forma a alcançar zero emissões ou, pelo menos, um balanço zero, com o objetivo último de tentar conter a subida da temperatura do planeta.

Este Acordo representa uma mudança de paradigma do modelo de desenvolvimento, que deve procurar implementar políticas sectoriais orientadas para o incentivo à descarbonização da economia ou, na expressão consensualizada no Acordo de Paris, à «neutralidade carbónica». Na sequência do Acordo de Paris, depara-se-nos a melhor oportunidade para promover um novo processo de reindustrialização, baseado na promoção e investimentos na economia verde e de baixo carbono.

Os EUA comprometeram-se, em Paris, na redução das suas emissões de CO<sub>2</sub> de 26 a 28% até 2025, por comparação com o nível de 2005.

Ora, a decisão de retirada daquele País do Acordo representa um lamentável retrocesso que pode comprometer os objetivos vertidos no Acordo de Paris e colocar em causa um consenso global conseguido a custo, mas imprescindível e necessário, cuja concretização depende das políticas concretas de cada país.

Neste sentido, a Assembleia da República, reunida em plenário, condena a decisão da Administração dos EUA de sair do Acordo de Paris e apela ao cumprimento das responsabilidades assumidas por todos os países subscritores, no sentido de potenciar uma

política de efetivo combate às alterações climáticas.

Palácio de S. Bento, 08 de junho de 2017

Os Deputados,